



UNIDADE DA RAZÃO, CLAREZA E EVIDÊNCIA EM DESCARTES.¹

Arnildo Pommer². UNIJUI

Introdução: Boa parte dos trabalhos escolares sobre filosofia cartesiana inicia onde inicia o Discurso do Método, com a questão da unidade da razão, da reta razão, do bom senso ou capacidade de distinção entre o verdadeiro e o falso. Mas, o que isso significa? Material e Métodos: A pesquisa filosófica é sempre bibliográfica, interlocucional e provisória. O laboratório do filósofo é a sua biblioteca, além de seus interlocutores. Na biblioteca, estuda; com os interlocutores, testa suas teses. No caso, submeterei ao debate público, algumas idéias não originais e que por absoluta falta de espaço estão postas em estado embrionário, decorrentes do estudo analítico-hermenêutico de Descartes. Resultados: Aludir à unidade da razão parece coisa estranha, pois estamos habituados a referirmo-nos aos conhecimentos científicos e filosóficos sempre no plural: as ciências e a filosofia. Quando Descartes viveu (1596-1650), o modo de pensar era diferente; a pluralidade do conhecimento era outra. A ciência, enquanto herança do saber Greco-romano-cristão era, a rigor, um conjunto de saberes produtivos, um saber fazer algo. Como cada tipo de fazer demandava um conhecimento específico, havia tantos saberes quantos os fazeres. Isso se chamava multiplicidade do conhecimento, sem unidade racional. Dogmas doutrinários e teocêntricos fundamentavam aquele conhecimento; antes uma teologia que uma filosofia da ciência. A comunicação daquele saber era lógico-retórica. Descartes toma para si a tarefa de unificar o conhecimento com base na racionalidade humana. A ciência e a filosofia passaram a falar a linguagem da matemática e da geometria. Descartes parte da capacidade racional humana e, sinteticamente, os passos de sua investigação são os seguintes. Todas as pessoas são iguais e naturalmente dotadas de razão, no entanto, elas têm opiniões diferentes sobre as mesmas coisas. Ele conclui: falta-lhes um método de investigação. Propõe um método similar às cadeias de razões da matemática e da geometria. O método segue quatro regras: evidência, análise, síntese e enumeração. Porém, o método, por si só não se justifica. Sendo assim, a verdadeira tarefa filosófica cartesiana foi a de justificá-lo. As regras do método cartesiano são utilizadas nas matemáticas, mas este uso não garante a sua justificação universal e absoluta. Para tanto, ele precisa investigar as regras propostas pela sua raiz “e essa raiz não pode ser senão o princípio único e simples de toda a ciência e de toda a arte: a subjetividade racional ou pensante do homem (Abagnano, 1982, p. 46). É também necessário realizar a crítica radical de todo o conhecimento estabelecido, isto é, submeter tudo ao critério da dúvida, a chamada dúvida hiperbólica, de modo a não restar absolutamente nada do que se possa duvidar, inclusive da própria existência. Assim, suspendemos nosso juízo, porque nada mais sabemos e, desse modo, nada podemos afirmar sobre as coisas. Porém, a suspensão do juízo tem um limite: ele pode abolir “todo o juízo que afirme ou negue a verdade de uma ideia, mas não abole as próprias idéias. Ela [a dúvida] diz respeito à existência, mas não à essência das coisas” (Idem, p. 47). Ou seja, a dúvida não pode suspender aquele que duvida. Esse procedimento conduz ao cogito, pois para que eu possa duvidar tenho de existir necessariamente. Por isso, “a proposição eu sou, eu existo é necessariamente verdadeira” (Descartes: 1983, p. 92). Esta proposição indica não só que sou uma coisa pensante, mas porque sou coisa pensante, existo. Temos aí a primeira certeza



incontestável. Conclusão: o cogito, porém, por várias razões, não é uma evidência, “mas antes a evidência no seu fundamento metafísico: é a evidência de que a existência de sujeito pensante tem, por si mesma, a transparência absoluta que a existência humana, como espírito ou razão, possui no seu próprio âmbito” (Abagnano, 1982, p. 49).

¹ Projeto de Pesquisa DFP Unijuí

² Professor do Departamento de Filosofia e Psicologia da Unijuí.